

Prestação de Serviços Postais

Caderno de Encargos

Prestação de Serviços Postais

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS.....	<u>3</u>
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	<u>3</u>
<i>Cláusula 1.^a - Objeto.....</i>	<i><u>3</u></i>
<i>Cláusula 2.^a - Contrato.....</i>	<i><u>3</u></i>
<i>Cláusula 3.^a - Prazo.....</i>	<i><u>4</u></i>
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	<u>4</u>
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA.....	<u>4</u>
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	<u>4</u>
<i>Cláusula 4.^a - Obrigações da entidade adjudicatária.....</i>	<i><u>4</u></i>
<i>Cláusula 5.^a – Tipo de serviços.....</i>	<i><u>5</u></i>
<i>Cláusula 6.^a – Prazo da prestação dos serviços.....</i>	<i><u>6</u></i>
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO.....	<u>6</u>
<i>Cláusula 7.^a - Objeto do dever de sigilo.....</i>	<i><u>6</u></i>
<i>Cláusula 8.^a – Prazo do dever de sigilo.....</i>	<i><u>7</u></i>
<i>Cláusula 9.^a – Proteção de dados.....</i>	<i><u>7</u></i>
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	<u>8</u>
<i>Cláusula 10.^a – Obrigações da entidade adjudicante.....</i>	<i><u>8</u></i>
<i>Cláusula 11.^a - Preço Base.....</i>	<i><u>9</u></i>
<i>Cláusula 12.^a - Preço contratual.....</i>	<i><u>9</u></i>
<i>Cláusula 13.^a - Condições de pagamento.....</i>	<i><u>10</u></i>
<i>Cláusula 14.^a – Revisão de Preços.....</i>	<i><u>10</u></i>
CAPÍTULO III – PENALIDADE CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	<u>10</u>
<i>Cláusula 15.^a - Penalidades.....</i>	<i><u>10</u></i>
<i>Cláusula 16.^a – Força Maior.....</i>	<i><u>11</u></i>
<i>Cláusula 17.^a – Extinção do Contrato.....</i>	<i><u>12</u></i>
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E SEGUROS.....	<u>13</u>
<i>Cláusula 18.^a – Caução.....</i>	<i><u>13</u></i>
<i>Cláusula 19.^a – Seguros.....</i>	<i><u>13</u></i>
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	<u>13</u>
<i>Cláusula 20.^a - Foro competente.....</i>	<i><u>13</u></i>
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	<u>14</u>
<i>Cláusula 21.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....</i>	<i><u>14</u></i>
<i>Cláusula 22.^a - Comunicações e notificações.....</i>	<i><u>14</u></i>
<i>Cláusula 23.^a - Gestor do Contrato.....</i>	<i><u>14</u></i>
<i>Cláusula 24.^a – Contagem dos prazos.....</i>	<i><u>15</u></i>
<i>Cláusula 25.^a - Legislação aplicável.....</i>	<i><u>15</u></i>
<u>PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....</u>	<u>15</u>
<i>Cláusula 26.^a - Aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência.....</i>	<i><u>15</u></i>

Prestação de Serviços Postais

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a ***Prestação de Serviços Postais***, a efetuar em conformidade com:

- a) Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos do Processo de Concursos;
- c) As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à atividade.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.

Prestação de Serviços Postais

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do disposto no artigo 51.º do citado diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações da Entidade Adjudicatária

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

Prestação de Serviços Postais

- a) Assegurar a prestação de serviços postais, de acordo com o previsto na Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na sua redação atual;
- b) Tratar os objetos postais de acordo com as condições e características definidas nas condições de utilização dos serviços, definidos no presente caderno de encargos e proposta adjudicada;
- c) Assegurar todas as operações dos serviços postais identificados na cláusula 5.ª (Tipo de serviços);
- d) Informar a entidade adjudicante sempre que as condições de utilização dos serviços disponíveis e as respetivas condições operacionais sejam objeto de alteração ou atualização;
- e) Indicação do gestor de conta;

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª – Tipo de serviços

1 - Entende-se por serviços postais as operações de :

- **Aceitação** - conjunto de operações relativas à admissão dos envios postais, numa rede postal;
- **Tratamento** - triagem dos envios postais para o seu transporte até ao centro de distribuição da área a que se destinam;
- **Transporte** - deslocação dos envios postais, por meios técnicos adequados, desde o ponto de acesso à rede postal até ao centro de distribuição da área a que se destinam;
- - conjunto de operações realizadas desde a divisão dos envios postais, no centro de distribuição da área a que se destinam, até à entrega aos seus destinatários, pessoas singulares ou coletivas a quem é dirigido um envio postal.

Prestação de Serviços Postais

2 - A entidade adjudicatária deverá assegurar pelo menos os serviços abaixo-identificados, para diferentes gramagens:

- Correio normal de âmbito nacional, registado com e sem aviso de receção;
- Correio de âmbito internacional, registado com e sem aviso de receção;
- Correio Azul nacional;
- Correio Azul internacional;
- Correio normal de âmbito nacional;
- Correio normal de âmbito internacional;
- Notificação/Citação Via postal simples;
- Encomendas até 2.000grs.

Cláusula 6.ª – Prazo da prestação dos serviços

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, **pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses**, com início na data da assinatura do contrato e efetiva publicitação no portal dos contratos públicos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O presente contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:

- a) Atingir o prazo;
- b) Atingir o valor contratual;
- b) Celebração de Acordo de Revogação entre as Partes.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

Prestação de Serviços Postais

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª – Proteção de dados

1 - O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando ***“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.***

2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

Prestação de Serviços Postais

3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 10.ª – Obrigações da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusula contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicante as seguintes obrigações principais:

- a) Entregar à entidade adjudicatária os objetos postais com o tratamento prévio e as características definidas no presente caderno de encargos e proposta adjudicada;
- b) Respeitar os limites das dimensões e peso estipulados para os serviços contratados, bem como quando necessário, fazer acompanhar os objetos postais de toda a documentação legal necessária;
- c) Emitir, quando aplicável, o documento de transporte que deva acompanhar a circulação dos bens no âmbito do Regime Jurídico de bens em Circulação;
- d) Entregar à entidade adjudicatária os originais dos dois exemplares do documento de transporte que devem acompanhar a circulação dos bens ou, quando exista a obrigação de comunicação dos elementos do documento de transporte, o código de identificação atribuída pela Autoridade Tributária ao documento de transporte;
- e) Acondicionar devidamente os objetos postais, por forma a proteger a sua integridade durante o transporte;

Prestação de Serviços Postais

f) Os objetos postais deverão ser sempre acompanhados, no ato de entrega à entidade adjudicatária, da respetiva guia de aceitação, corretamente preenchida em relação aos objetos postais.

Cláusula 11.ª - Preço Base

O **preço base** para o presente procedimento, definido nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, é de **171.000,00€ (cento e setenta e um mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, e resulta da multiplicação do valor base mensal de **4.750,00€ (quatro mil, setecentos e cinquenta euros)** pelo prazo máximo de **36 (trinta e seis) meses**.

Cláusula 12.ª - Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à entidade adjudicatária **até ao valor de 171.000,00€ (cento e setenta e um mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte e manutenção dos seus meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - De referir que, atendendo à imprevisibilidade dos serviços a prestar, poderá não ser atingido o valor adjudicado, pelo que a entidade adjudicante só suportará os custos dos serviços efetivamente prestados, independentemente destas serem inferiores ao preço contratual.

Prestação de Serviços Postais

Cláusula 13.ª - Condições de pagamento

1 - Os adiantamentos de preço, serão tratados de acordo com as regras definidas no artigo 292.º do CCP.

2 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, sendo imprescindível fazer referência **ao número do contrato e de compromisso**.

3 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado, nomeadamente Nota de Crédito.

Cláusula 14.ª – Revisão de Preços

Os preços serão automaticamente atualizados sempre que se verifique a revisão do tarifário, o qual deverá ser autorizado pelo (ICP-ANACOM) e, comunicado à entidade adjudicante com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à respetiva entrada em vigor ou qualquer outra antecedência exigida pela competente entidade reguladora.

Capítulo III – Penalidade contratuais e Resolução

Cláusula 15.ª - Penalidades

1 - Pelo incumprimento de algumas das obrigações emergente do contrato, a entidade adjudicante pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

Prestação de Serviços Postais

a) Pelo incumprimento das operações da atividade de serviços postal, identificadas no n.º 1 da cláusula 5.ª do presente caderno de encargos, 5% (cinco por cento) do valor da fatura.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento da entidade adjudicatária, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço base do procedimento.

3 - A competência para decidir a aplicação das penalidades referidas na presente cláusula é do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Cláusula 16.ª – Força Maior

1 - Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida com incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargos de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupo de sociedades em que esta se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

Prestação de Serviços Postais

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 17.^a – Extinção do Contrato

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido por ambas as partes, nos termos previstos no Capítulo VIII do Título I da Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso na prestação de serviços, por um período superior a 15 (quinze) dias úteis.

Prestação de Serviços Postais

Capítulo IV – Caução e Seguros

Cláusula 18.ª – Caução

Considera-se, face ao valor, o preço contratual inferior a 500.000,00€, que não deve ser exigida caução, nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 19.ª – Seguros

- 1 - É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias úteis.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 20.ª - Foro competente

- 1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 2 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Prestação de Serviços Postais

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 21.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A Subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes está vedada, nos termos do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 22.ª - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª - Gestor do Contrato

1 - A identificação dos gestores do contrato designados pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos fará parte do clausulado contratual.

2 - A entidade adjudicatária deverá nomear um responsável que o representa em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre as partes para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço de correio eletrónico do representante por si nomeado.

4 - O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelos gestores de contrato.

Prestação de Serviços Postais

5 - Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelos gestores de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 24.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuo, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o regime consagrado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

**PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO
CONTRATO**

Cláusula 26.ª - Aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência

1 - Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, **os limites máximos** a que a proposta está vinculada,

Prestação de Serviços Postais

determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos **termos ou condições** o ultrapasse:

a) Preço base

Limite máximo: **171.000,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

b) Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos não contemplados na cláusula 26.^a.